

O voto de liderança

MENDES RIBEIRO

"Idéias não são metais que se fundem"
(Gaspar Silveira Martins)

Teoricamente, reproduz a vontade das bancadas. Ora, quando nem os partidos existem, as bancadas existirão? Quem assiste a qualquer reunião, flagrará fenômeno igual ao do plenário. Percentual baixíssimo delibera. O restante, assina. Ou, não vai.

Na Constituinte, as decisões, queiram ou não, são pessoais. Logo, composição de undécima hora, estará sujeita a surpresas. Sempre.

Com toda essa argamassa, é fácil construir o castelo das lideranças isoladas em suas prepotências. O "Eu não quero" substitui o "Nós não queremos". O "Eu quero", é a voz do trono. Um votando por todos. No melhor estilo das piores ditaduras. E quando se reclama pelo voto, maquiavelmente vem a pergunta em resposta: **de quem?**

Pois, é inconstitucional o voto de liderança valendo pelos demais. Na leva, vão os omissos conformados ou assumidos, reclamando depois para a platéia e, os atuantes amassados pela distorção que não pode continuar.

Os parlamentares são invioláveis nos seus votos. E regra constitucional. E função intransferível, essência do mandato. Este é delegação do eleitor. Confiança que, se passada adiante, é arranhão à lei. Ilegitimidade.

Imprescindível que a presença para votar seja encarada obrigação primária. Quantos ainda não têm domicílio no local do trabalho, têm meios de transporte à disposição para chegar. E, vital, pediram ao longo de campanhas exaustivas, a honra de estar no plenário.

Há que lutar contra as "tradições ilegais", as irresponsabilidades e ditaduras mansamente aceitas. O voto de liderança é a outra face do arbítrio.

A maior praga dos parlamentares, o chamado voto de liderança, deve ter sido criada com a ajuda do famoso e lamentável "jeitinho brasileiro", como sempre conviente com o pior. Instalou-se o sistema sacramentado pelo comodismo. Muita conversa. Pouco voto.

O tal voto de liderança resume o plenário da Câmara a meia dúzia de deputados. No Senado, a história se repete. E, no Congresso, por óbvio, não há diferença. As decisões se deslocam para um gabinete. A omissão continuada faz o resto, criando o também tradicional grupo de omissos descontentes. Julgam mais fácil discordar de longe do que não fizeram, do que tentar mudar a engrenagem defeituosa.

O "cancro" da falta de quorum tem razões conhecidas:

1. A impunidade. Não comparece. Ganha. Deixa tudo para depois. Passa por assíduo quando é turista. Não é identificado pela falta. É a mentalidade do "prestar favor cumprindo a obrigação".

2. A desinformação. Nem nas votações da Constituinte o faltoso ganha destaque. Dele, a meu juízo, deveria ser o maior. O "buraco negro" jamais surgirá com a presença dos congressistas. Para algum lado a maioria cairá. Ulysses se exaure pedindo, por favor, em síntese, que cada um cumpra seu dever. Mesmo assim, os 500 no plenário, meia hora depois são 450, e por aí em diante.

3. O argumento, surradíssimo, da presença dispensável se as "lideranças resolvem a seu modo". Resolvem porque apostam na irresponsabilidade. E ganham. No comodismo. E acertam. E no tiro curto dos inconformados, aos poucos, caindo na vala comum. Raramente acontece diferente.

4. O voto de liderança é, como se vê, causa e efeito.

Sarney já prevê a Carta em abril

Com viagem do Presidente, Ulysses assume mas promete manter ritmo

JULIO ALCANTARA

O presidente Sarney acredita que, agora, os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte estão mesmo sendo apressados, permitindo sua conclusão em abril. Essa declaração foi feita pelo próprio Sarney, ao embarcar ontem para sua viagem ao Uruguai e Colômbia, logo após transmitir o cargo ao presidente da Câmara dos Deputados e da Constituinte, Ulysses Guimarães. "O meu desejo", afirmou Sarney, "é que a Constituição seja votada o mais rapidamente possível e que os trabalhos decorram na maior normalidade, porque o Brasil está desejando que isso aconteça".

O Presidente informou que não viu o movimento "Abraço à Constituinte", promovido por centrais sindicais e vários partidos. "O que eu posso dizer é que este problema de mandato está entregue à Constituinte e ela é que vai resolver", pois "eu quero cada vez mais me dedicar de corpo e alma à administração pública". O Presidente, depois do Uruguai, visita a Colômbia, retornando ao Brasil na manhã de quarta-feira, de acordo com a programação oficial.

CONCILIAÇÃO

Ulysses Guimarães, te-trapresidente pela 12ª vez, disse que vai conciliar os trabalhos da Constituinte com os de presidente da República. E já pediu até autorização para atuar dentro do Congresso a fim de desempenhar as atividades de presidente da Câmara, da Constituinte e do PMDB. Ele entende, con-

forme afirmou na Base Aérea, que o poder soberano da Constituinte está acima do presidente da República e do poder Judiciário acima de tudo o que existe no país.

O presidente da República em exercício previu para dentro de poucas horas um acordo entre o Centrão e as demais correntes partidárias com vistas à votação do capítulo sobre o direito de propriedade. O seu ponto de vista é de que a fórmula a ser adotada estabelecerá que a propriedade deve ter função social, mas o pagamento da indenização por desapropriação será em dinheiro, "respeitando as disposições, inclusive quanto à reforma agrária, para que possa ser por títulos".

Ele se defendeu das acusações de que estaria beneficiando o Centrão no momento em que adiou a discussão e votação do tema para segunda-feira. "Eu não sou parcial, eu sou um árbitro", afirmou, acrescentando que, "às vezes, de um lado, acham que eu estou favorecendo o outro, e vice-versa, o que mostra a minha imparcialidade". Segundo Ulysses Guimarães, problema da importância como o em discussão não pode ser resolvido "em cima da perna". "Eu tinha que tomar uma decisão envolvendo cerca de 136 pedidos de destaque e eu não podia fazer isso ali, em cima da perna, no afogadilho, e tomei a decisão de meditar sobre o assunto. Fiquei satisfeito porque houve aceitação geral. Mostra que a minha decisão foi correta".



Na Base Aérea, Sarney conversou com o Nuncio (centro da foto) e passou o governo a Ulysses Guimarães

Explicação ao núncio retém vôo ao Uruguai

O presidente José Sarney provocou um atraso de dez minutos no vôo que o levaria a Montevideu, ontem à tarde, para explicar ao núncio apostólico no Brasil, dom Carlos Furno, a referência ao escândalo financeiro envolvendo o banco Ambrosiano em sua resposta à carta-denúncia divulgada pela Confederação Nacional dos Bispos do Brasil de que o governo estaria conivente com a corrupção existente no País.

Depois de transmitir o cargo ao deputado Ulysses Guimarães, na Base Aérea, o Presidente deteve-se junto ao núncio e os dois começaram a conversar a respeito das últimas rugas entre o governo brasileiro e a CNBB, tendo como assistente o ministro-chefe do Serviço Nacional de Informações, general Ivan Mendes, que ficou pouco afastado. O núncio, que estava de frente para os repórteres e equipes de rádio e televisão, demonstrou compreender e aceitar as explicações do Presidente porque ficou quase o tempo todo ouvindo e fazendo gestos de as-

sentimento com a cabeça.

O Presidente disse aos repórteres, em seguida, que não há nenhuma divergência entre o Estado e a Igreja, explicando ser um velho amigo de dom Luciano de Almeida, presidente da CNBB, "amizade esta que não é do tempo de Governo, como eu tive oportunidade de dizer". Ela tem maior profundidade, afirmou o Presidente, observando que, pelas suas raízes maranhenses e como membro da comunidade cristã e "como cristão tenho o direito e até mesmo, o dever de prestar condas à Igreja à qual eu pertenço".

O Presidente negou ainda que, durante a conversa com dom Luciano de Almeida, tivesse dado dois murros na mesa, como foi divulgado. "Todo o Brasil me conhece e sabe que eu não tenho temperamento para andar dando soco em mesa", afirmou José Sarney. Sobre seu encontro com o núncio apostólico, o Presidente disse que ele serviu apenas para mais uma conversa com o decano do corpo diplomático.